MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

Aviso n.º 11139/2014

Faz-se público que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 25 de setembro de 2014, deliberou aprovar a proposta do projeto de “Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias” e submeter, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da sua publicação no Jornal Oficial da República Portuguesa.

A referida proposta encontra-se à disposição do público para consulta, nos Serviços de Atendimento ao Público da Câmara Municipal, durante as horas normais de expediente e no sítio oficial do Município na Internet em www.vilanovadefamalicao.org.

30 de setembro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Paulo Alexandre Matos Cunha, Dr.*

Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias**Preâmbulo**

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprovou o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como o regime jurídico do associativismo autárquico.

Constituem, assim, atribuições conferidas aos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as Freguesias.

Consideradas como elementos importantes da organização administrativa do Estado, dada a sua proximidade com os cidadãos e atento o profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do seu quotidiano, as Freguesias dispõem de atribuições e competências em domínios bastante diversificados, assim como desempenham um papel decisivo na prossecução dos interesses das respetivas populações.

Atendendo a que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem vindo, desde há longos anos, a apoiar as Freguesias, para que estas possam cumprir os objetivos a que se propuseram alcançar, visto que nem sempre dispõem de meios suficientes para o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento de tal missão.

Face a tal, considera-se de toda a justiça e superior interesse para a população do Município, que as Freguesias sejam apoiadas na realização das competências que lhe são atribuídas por lei, segundo as regras da transparência, igualdade, imparcialidade, justiça, proporcionalidade e prossecução do interesse público.

Desse modo, é elaborado o presente Regulamento ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e de acordo com o preceituado nas alíneas g) e j) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CAPÍTULO I**Disposições Gerais****Artigo 1.º****Objeto**

O presente Regulamento tem por objeto estabelecer as condições e formas de apoio facultadas pelo Município de Vila Nova de Famalicão às Freguesias que fazem parte do seu território, no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente, ao nível de atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais e sempre na prossecução e desenvolvimento de uma prestação de um serviço público mais eficiente e mais eficaz.

Artigo 2.º**Tipos de Apoio**

Os tipos de apoio previstos no presente Regulamento podem consistir em:

- a) Apoio financeiro;
- b) Apoio não financeiro.

Artigo 3.º**Princípios**

Os pedidos de apoio são apreciados com respeito pelos princípios da igualdade, da transparência, da imparcialidade, da proporcionalidade, da justiça e da prossecução do interesse público.

CAPÍTULO II**Caracterização dos apoios****Artigo 4.º****Apoio Financeiro**

1 — O apoio financeiro será atribuído, às Freguesias, para:

- a) Atividades de cariz cultural, desportivo e lúdico, contempladas no seu plano de atividades;
- b) Beneficiação de imóveis e ou equipamentos integrados no património da Freguesia e modernização dos seus serviços;
- c) Obras de construção ou conservação de instalações de imóveis integrados no património da Freguesia;
- d) Atividades e projetos pontuais;
- e) Infraestruturas diversas, nomeadamente vias vicinais e suas infraestruturas básicas.

Artigo 5.º**Apoio Não Financeiro**

1 — O apoio não financeiro pode consubstanciar-se através de:

- a) Fornecimento de recursos materiais, bens, produtos e afins;
- b) Cedência de viaturas, máquinas ligeiras e ou pesadas;
- c) Cedência de equipamentos e instalações municipais;
- d) Cedência de mão de obra;
- e) Concessão de apoio técnico e administrativo;
- f) Concessão de apoios logísticos pontuais;
- g) Ações de formação, cursos, ateliers, colóquios e seminários.

2 — A atribuição de apoio não financeiro carece sempre de parecer prévio favorável dos serviços competentes, que se concretiza da seguinte forma:

- a) O fornecimento de recursos materiais, bens, produtos e afins será atribuído para a conservação, manutenção e requalificação das diversas estruturas no território da Freguesia;
- b) A cedência de viaturas, máquinas ligeiras e ou pesadas ocorrerá desde que nas datas pretendidas as mesmas estejam disponíveis, devendo ser operadas por trabalhadores do Município ou por terceiros, desde que para tal seja apresentada a carta CAM e o respetivo seguro exigido para o efeito;
- c) A cedência de equipamentos e instalações municipais ocorrerá desde que nas datas pretendidas tais estejam disponíveis, nomeadamente auditórios, palcos, tendas, material de som e luz, entre outros equipamentos;
- d) A disponibilização de mão de obra ou recursos humanos do Município ocorrerá para a realização de trabalhos de reduzida dimensão temporal, sendo que a sua direção caberá aos respetivos superiores hierárquicos;
- e) O apoio técnico administrativo ocorrerá para a prestação de informações e esclarecimentos de natureza legislativa, técnica e afins, na preparação e de estudos e projetos, bem como para a coordenação de ações que envolvam intervenção municipal.

CAPÍTULO III**Requisitos, apresentação, instrução e avaliação dos pedidos****Artigo 6.º****Requisitos**

Podem ser beneficiárias dos apoios previstos no presente Regulamento, as Freguesias que comprovadamente tenham a sua situação regularizada, quer no que respeita às obrigações para com a Autoridade Tributária, quer no que respeita à Segurança Social, bem como para com o Município de Vila Nova de Famalicão.

Artigo 7.º**Apresentação e Prazo de Entrega do Pedido**

1 — As Freguesias que se queiram candidatar a algum dos apoios previstos no presente Regulamento, têm de apresentar requerimento escrito, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, a solicitar os apoios pretendidos para o ano seguinte, até ao dia 31 de agosto de cada ano civil, com a descrição da iniciativa, projeto, evento ou atividade

a realizar, bem como a estimativa de custos, quando os houver, sem prejuízo do número seguinte.

2 — Os pedidos de apoio não financeiros podem ser feitos com uma antecedência mínima de 60 dias antes da realização da iniciativa, projeto, evento ou atividade a apoiar.

3 — Em relação aos apoios financeiros e não financeiros é admitido que, em casos de relevante interesse público, a demonstrar caso a caso, ou motivo de força maior ou caso fortuito, originado de situação passível de ser enquadrada em estado de necessidade, os mesmos possam ser solicitados e concedidos sem observância do disposto nos números anteriores.

Artigo 8.º

Instrução dos pedidos

1 — O requerimento do pedido de apoio deve indicar o fim concreto a que se destina, sendo obrigatoriamente acompanhado dos seguintes elementos, quando aplicáveis:

- a) Identificação completa da entidade requerente;
- b) Indicação dos objetivos visados e caracterização das ações a desenvolver;
- c) Públicos destinatários;
- d) Tipos de apoios solicitados ou a solicitar junto de outros organismos;
- e) Meios e apoios já assegurados;
- f) Prazos e fases de execução;
- g) Orçamento;
- h) Meios de divulgação e publicitação do apoio;
- i) Quantidade de material pretendido;
- j) Outros elementos que considerem relevantes.

2 — Das candidaturas a apoio financeiro para obras de construção, conservação ou beneficiação de infraestruturas, imóveis ou equipamentos integrados no património da Freguesia deve constar ainda, obrigatoriamente:

- a) Justificação da necessidade da obra para o funcionamento e desenvolvimento da atividade;
- b) Calendarização da execução da obra;
- c) Estimativa orçamental da obra e encargos inerentes;
- d) Junção de três orçamentos de entidades autorizadas a realizar as obras;
- e) Tratando-se de obras em imóveis, deverá apresentar o comprovativo de que o mesmo é propriedade da Freguesia ou que está cedido a esta.

3 — Das candidaturas a apoio financeiro para aquisição de equipamentos deve constar ainda, obrigatoriamente:

- a) Justificação da necessidade do equipamento a adquirir para o funcionamento e desenvolvimento da atividade;
- b) Valor da aquisição do equipamento pretendido mediante a junção do orçamento da empresa fornecedora.

Artigo 9.º

Critérios de atribuição

1 — Para a atribuição dos apoios, previstos neste Regulamento, às Freguesias deste concelho, são considerados os critérios definidos no artigo 38.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente a tipologia da área urbana da Freguesia, a sua densidade populacional, o seu número de habitantes e a sua área.

2 — Para além dos critérios mencionados no número anterior, o Município pode, ainda, ponderar a atribuição dos apoios tendo em conta o seguinte:

- a) Qualidade e interesse do projeto ou atividade;
- b) Criatividade e inovação do projeto ou atividade;
- c) O potencial número de beneficiários e público-alvo dos projetos ou atividades;
- d) Recursos humanos, materiais e entidades locais envolvidas;
- e) Adequação do orçamento previsto às atividades a realizar;
- f) Capacidade de autofinanciamento e de diversificação das fontes de financiamento;
- g) Utilização de meios de divulgação e promoção do concelho;
- h) Parcerias e envolvimento da população;

Artigo 10.º

Decisão

1 — Os pedidos são apreciados pelos serviços competentes da Câmara Municipal que, com base nos elementos apresentados, na avaliação qualitativa do pedido e tendo em consideração as regras orçamentais

relativas à despesa pública, elaboram proposta fundamentada a submeter à Câmara Municipal para aprovação.

2 — Todos os pedidos que sejam aprovados terão o devido acompanhamento de um técnico da Câmara Municipal que avaliará da sua eficácia e cumprimento.

3 — A Câmara Municipal fica obrigada a informar semestralmente a Assembleia Municipal sobre os apoios concedidos.

Artigo 11.º

Disponibilidade orçamental

1 — A atribuição de apoio financeiro fica condicionada à existência de verba inscrita e consequente dotação disponível para o efeito, no Orçamento da Câmara Municipal, para o ano civil a que respeita a candidatura.

2 — Os encargos resultantes do presente Regulamento serão suportados e limitados à capacidade da autarquia, e ou encontrar-se-ão devidamente cabimentados pelo orçamento da Câmara, na classificação orgânica e nas classificações económicas afetadas às respetivas despesas, cumprindo-se a existência de fundos disponíveis no âmbito da lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Artigo 12.º

Critérios de exclusão

1 — São excluídas do apoio municipal as Freguesias que:

- a) Entreguem os requerimentos fora do prazo estabelecido;
- b) Não entreguem os documentos exigidos;
- c) Prestem falsas declarações ou não cumpram os requisitos constantes no presente Regulamento;

2 — As Freguesias em que se verifique que os apoios atribuídos foram utilizados para fins diversos dos indicados no requerimento ficam inibidas, no ano em curso e seguinte, de poder beneficiar de qualquer apoio no âmbito do presente Regulamento, podendo ainda o incumprimento implicar a devolução do apoio atribuído.

CAPÍTULO IV

Atribuição de apoios

Artigo 13.º

Contratualização

1 — Os apoios financeiros são concedidos mediante a celebração de *contrato de cooperação*, cujo conteúdo será estabelecido de acordo com os interesses de ambas as partes, salvaguardando sempre o valor e a qualidade das atividades a realizar em prol do interesse das populações.

2 — Caso se verifique a impossibilidade de os apoios atribuídos serem aplicados de acordo com o objetivo previsto, devem as Freguesias, atempada e fundamentadamente, comunicar à Câmara Municipal as respetivas alterações, sob pena de ser anulado o respetivo procedimento e, se for o caso, deliberada a restituição das verbas que hajam sido atribuídas.

Artigo 14.º

Publicidade e divulgação

Sem prejuízo de outras contrapartidas que venham a ser estabelecidas, as Freguesias beneficiárias de apoios atribuídos no âmbito do presente Regulamento, ficam obrigadas a inserir em todos os materiais gráficos e locais intervencionados a menção de: “Apoiado pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”, acompanhado pelo respetivo logótipo.

Artigo 15.º

Pagamentos

Os pagamentos são efetuados após o pedido apresentado pela Freguesia, nos seguintes termos:

1 — No caso de obras, é feita uma vistoria documentada pelos técnicos da Câmara Municipal, que constata estarem realizadas as obras de acordo com os projetos ou, quando tal não seja exigível, com a memória descritiva que instruiu o requerimento do pedido de apoio.

2 — No caso de equipamentos, viaturas ou máquinas, após a entrega de documento comprovativo da realização da despesa.

3 — No caso de atividades, após a realização das mesmas.

CAPÍTULO V

Fiscalização e Incumprimento

Artigo 16.º

Acompanhamento da aplicação das verbas

1 — A Câmara Municipal pode, a todo o tempo, solicitar à Freguesia que tenha recebido apoios, a entrega de relatório da execução das iniciativas apoiadas.

2 — Caso as Freguesias, para uma iniciativa apoiada no âmbito deste Regulamento, venham a obter outro financiamento que cubra parte dos gastos já financiados pela Câmara Municipal, ficam obrigadas a devolver as verbas recebidas da mesma, na exata medida em que foram financiadas por outra entidade.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais

Artigo 17.º

Casos Omissos

1 — Em tudo o que o presente Regulamento for omissos, considerar-se-ão as disposições legais aplicáveis.

2 — As lacunas não reguladas pelas disposições legais aplicáveis serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 18.º

Legislação e Regulamentação Subsidiária

Sem prejuízo dos princípios gerais de direito e da demais legislação vigente, é aplicável subsidiariamente ao presente Regulamento, o Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil seguinte após a sua publicitação no *Diário da República*.

208125753

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL

Aviso n.º 11140/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna-se público que homologuei por despacho em 25 de setembro de 2014, a lista de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal de contrato individual de trabalho por tempo determinado — pessoal para as AEC'S, AAAF e CAF, aberto pelo aviso n.º 8933/2014, publicado em suplemento do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 147, de 1 de agosto de 2014. A lista encontra-se disponível em www.jf-cascaisestoril.pt e afixada em local visível e público das nossas instalações.

Lista Unitária de Ordenação Final:

Professor de atividade física e desportiva:

- 1 João António Libertato Guerreiro: 18,40 valores
- 1 Jonny Fernando Alves Pires: 18,40 valores
- 2 Domingos Filipe Madureira Cardoso: 17,60 valores
- 3 Nuno dos Santos Monteiro: 16,10 valores
- 4 Pedro Miguel Camejo Pernadas: 15,90 valores
- 5 Hugo Filipe Rodrigues Afonso: 15,70 valores
- 6 Catarina Noronha Botelho dos Santos Gaudêncio: 15,60 valores
- 7 Carla Sofia Pousão da Silva: 14,80 valores
- 8 Luís Manuel Fernandes Paixão: 14,30 valores
- 9 Joana Teresa Carapucinha Amaral: 11,50 valores

Professor de expressões artísticas/plásticas

- 1 Ana Isabel Serra Magalhães da Silveira Machado: 19,00 valores
- 1 Dora Alexandra Pacheco Martins: 19,00 valores
- 2 Sónia Isabel Gonçalves Beiragrande: 18,40 valores
- 3 Inês Cristiana da Silva Hassamo: 16,20 valores
- 4 Mariana Correia Carrolo: 16,00 valores

- 5 Ana Cristina Macedo Pina Dias: 15,30 valores
- 6 Ana Paula Coelho de Pina Proença: 15,20 valores
- 6 Sónia Margarida Carlos de Oliveira Merino Ferraz: 15,20 valores
- 7 Magda Cristina de Melo Afonso: 15,00 valores
- 7 Sara Sofia Baleia dos Santos Meireles: 15,00 valores
- 8 Manuela Alexandra Batalha de Almeida Pereira: 13,90 valores
- 9 Elsa Carina Galvão Marques: 13,60 valores
- 10 Edgar Correia Dionízio: 13,30 valores
- 11 Ana Margarida Machado da Silva Lé: 13,00 valores
- 12 Mariana Freire de Andrade Romana Ribeiro: 12,80 valores
- 13 Marisa Sofia Garcia Carvalho: 12,30 valores
- 14 Cyntia Ayumi Almeida Hobo: 12,20 valores
- 14 Linda France Alonso Duque: 12,20 valores
- 14 Maria Elisabete Ferreira Berenguer: 12,20 valores
- 14 Susana Maria Lagarto Redondeiro: 12,20 valores
- 14 Catarina Noronha Botelho dos Santos Gaudêncio: 12,20 valores
- 15 Paula Crisítina Mira dos Santos: 11,70 valores
- 15 Talma Alexandra Santos Miranda Leocádio: 11,70 valores
- 16 Lara Lisboa Portela: 11,50 valores
- 17 Maria Teresa Caria Gonçalves de Abreu Mendes: 11,30 valores
- 18 Marco Paulo Porto Rodrigues: 10,40 valores

Professor de inglês

- 1 Andreia Paula Correia Lourenço: 17,90 valores
- 2 Beatriz Carmen Martins Vera Cruz Salgueiro: 16,30 valores
- 3 Cristiana Sofia Ferreira Fernandes: 15,40 valores
- 3 Cristina Maria Vaz Pires: 15,40 valores
- 4 Rita Simões Rugeroni Saldanha Duque Vieira: 14,30 valores
- 5 Maria Fernanda Correia Rodrigues: 12,00 valores

Assistentes Técnicos

- 1 Sara Sofia Baleia dos Santos Meireles: 16,60 valores
- 2 Sofia Costa Jorge Dias Lagarto: 16,20 valores
- 3 Ana Margarida Machado da Silva Lé: 16,10 valores
- 4 Nelson Bruno da Cunha Cavaco: 15,60 valores
- 5 Sónia Isabel Gonçalves Beiragrande: 15,50 valores
- 6 David Alexandre Conceição Santos: 14,20 valores
- 6 Maria do Rosário Coelho Vidinha Ferreira: 14,20 valores
- 7 Ana Margarida Cêrcas de Almeida Verniz: 13,60 valores
- 8 Linda France Alonso Duque: 13,50 valores
- 9 Cristina de Lurdes Capela Damião Patrício: 13,20 valores
- 10 Mariana Rodrigues Garcias Matos: 13,10 valores
- 11 Andreia Filipa de Sousa Justino Garcia Monereo: 12,50 valores
- 12 Carla Susana de Castro Cerqueira: 11,40 valores
- 12 Carla Marina Vieira da Silva Martins: 11,40 valores
- 13 Ana Paula da Mata Pedro: 11,00 valores
- 13 Ana Rute Girardi Curato da Silva: 11,00 valores
- 14 Maria José da Silva Correia: 10,80 valores

Assistentes Operacionais

- 1 Inês Cláudia Sanatan Silva Capitão Teixeira: 14,50 valores
- 1 Ana Margarida Pinto Abreu César Migueis: 14,50 valores
- 2 Ana Isabel Machado Gonçalves Barbado: 14,40 valores
- 3 Sara Catarina Figueira Domingues Costa Camilo: 14,30 valores
- 4 Andreia Filipa de Sousa Justino Garcia Monereo: 13,90 valores
- 5 Marina Duarte Anastácio: 13,50 valores
- 5 Mónica Isabel Sebastião de Jesus: 13,50 valores
- 6 Carla Alexandra Lourenço Alves: 11,50 valores
- 6 Paula Cistina Alves de Freitas Coelho: 11,50 valores
- 6 Inês Francisco Carneiro: 11,50 valores
- 7 Maria da Graça Duarte Marques Cosme: 10,50 valores
- 8 Cristina Isabel Esteves e Sá Silva: 10,40 valores

29 de setembro de 2014. — O Presidente da Junta de Freguesia,
Dr. António Pedro de Carvalho Morais Soares.

308123752

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FELGAR E SOUTO DA VELHA

Edital n.º 898/2014

Brasão, Bandeira e Selo

António Manuel Castro Gonçalves, presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Felgar e Souto da Velha, do município de Torre de Moncorvo:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da União das Freguesias de Felgar e Souto da Velha, do município de